



**MINISTÉRIO DO AMBIENTE E
AGRICULTURA**



**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO
E AGRICULTURA**

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E
AGRICULTURA**

COMUNIDADE DOS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA

ATELIER DE VALIDAÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO NO DOMÍNIO DA TERRA DOS PAÍSES MEMBROS DA CPLP

RELATÓRIO FINAL

PRAIA, 20 E 21 DE SETEMBRO DE 2007

INDICE

I.	INTRODUÇÃO.....	3
1.1.	Enquadramento e Justificação.....	3
1.2.	Sessão de Abertura.....	4
1.3.	Constituição da Mesa.....	5
1.4.	Aprovação da Agenda e Metodologia de Trabalho.....	6
1.5.	Objectivos do Atelier.....	6
II.	EXPOSIÇÕES.....	6
2.1.	Apresentação do Historial e antecedentes políticos do TCP/INT/3001 – Formulação de um Programa de Capacitação Regional sobre o Regime de Propriedade e Gestão da Terra e aspectos legais associados.....	6
2.2.	Apresentação dos Relatórios dos Países.....	7
2.2.1	Angola	
2.2.2	Brasil	
2.2.3	Cabo Verde	
2.2.4	Guiné-Bissau	
2.2.5	Moçambique	
2.2.6	São Tomé e Príncipe	
2.2.7	Timor-Leste	
2.3.	Apresentação da Proposta do Programa de Capacitação no domínio da Terra dos Países Membros da CPLP.....	10
2.4.	Apresentação do Projecto GCP/INT/052/SPA – Desenvolvimento das Capacidades sobre a Integração da Dimensão Género na Análise da Gestão dos Recursos Hídricos e Fundiários.....	11
III.	SESSÃO DE ESCLARECIMENTOS SUBSÍDIOS E DELIBERAÇÕES	
IV.	ANEXOS.....	14.

I. INTRODUÇÃO

O presente relatório consubstancia a síntese dos trabalhos do Atelier de Validação do Programa de Capacitação no Domínio da Terra dos Países Membros da CPLP, realizado na Cidade da Praia, nos dias 20 e 21 de Setembro de 2007. O evento, organizado pelo Ministério do Ambiente e Agricultura, em estreita parceria com a FAO e o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, contou com a participação de representantes oriundos dos oito Estados – Membros da CPLP, de representantes do Corpo Diplomático, nomeadamente as Sras. Embaixadoras de Portugal e Brasil, para além de representantes de Instituições Públicas e Privadas de Cabo Verde, conforme a lista de participantes constante do anexo I.

1.1. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO

A realização do Atelier de validação do Programa de Capacitação no Domínio da Terra, constitui o culminar da primeira fase de um processo iniciado na sede da FAO, em Roma, em Dezembro de 2000. Com efeito, do reconhecimento da importância estratégica da política fundiária e da regulamentação do uso das terras para o desenvolvimento de todos os países lusófonos, nomeadamente no que tange à segurança alimentar e crescimento económico, deu-se início à primeira reunião técnica de troca de experiências entre os países membros.

Na sequência desta reunião técnica a questão da terra integrou a agenda da reunião dos Ministros da Agricultura da CPLP ocorrida em 2002, em Moçambique, onde foi solicitado a assistência da FAO, no sentido de apoiar na concepção de uma iniciativa regional de formação no domínio das terras, que capitalizando as sinergias, as similaridades e acautelasse as especificidades dos diferentes países, endereçasse a problemática fundiária.

Com o intuito de colocar a iniciativa regional sobre a terra de novo na agenda, a Ministra do Ambiente e Agricultura de Cabo Verde, Dra. Madalena Neves, lançou um repto aos países integrantes da CPLP, durante o Encontro de Ministros da Agricultura dos Países Lusófonos, realizado em Roma em Novembro de 2005, no sentido do relançamento da iniciativa da formulação do programa regional de capacitação no domínio fundiário.

O relançamento da questão fundiária seria efectuado aquando da organização da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural, entendendo-se que a questão fundiária era preponderante e um elemento chave para atingir os objectivos preconizados pelas Cimeira Mundial de Alimentação de 1996, Cimeira Mundial da Alimentação cinco anos após, Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e dos Objectivos do Milénio (ODM).

Em 2006, na Conferência Internacional de Porto Alegre, foi assinado o documento de projecto que desta feita passou a ser uma das primeiras actividades de seguimento da conferência.

1.2. SESSÃO DE ABERTURA

Na sessão de abertura participaram Sua Excia o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade de Cabo Verde, Dr. Jorge Borges, em representação da Sra. Ministra do Ambiente e Agricultura, O Sr. Representante da FAO em Cabo - Verde, Eng. Arlindo Bragança, a Embaixadora da República Federativa do Brasil em Cabo - Verde, em representação do Secretário Executivo da CPLP, Dra. Maria Dulce Barros, e o ponto focal do MAA para as questões fundiárias, Dra. Luísa Borges.

O Representante da FAO depois de apresentar os votos de boas vindas aos participantes, sobretudo àqueles provenientes dos diversos países de expressão portuguesa, centralizou a sua intervenção na apresentação de um breve historial do projecto, lembrando que este foi um processo cuja génese aconteceu no ano de 2000 como resultado da constatação de que os diferentes países membros da CPLP, muito embora apresentassem discrepâncias em termos de desenvolvimento e implementação das suas políticas fundiárias, o aproveitamento das experiências, similaridades e especificidades de cada um poderiam ser compartilhadas traduzindo-se em ganhos e uma mais valia na mobilização de recursos, congregação de vontades e “expertise” em prol da prossecução de objectivos comuns, como sejam o desenvolvimento rural sustentado, a modernização da agricultura e a melhoria das condições de vida das populações rurais nos vários países integrantes desta comunidade.

Frisou que nestes últimos dez anos a FAO tem proporcionado aos diferentes países assistência visando o reforço da segurança fundiária, tendo adquirido junto dos mesmos um estatuto de parceiro privilegiado nesta matéria. Reiterou que após a validação do programa, a FAO estaria disponível para participar na procura de parcerias, tanto em termos técnicos como financeiros, junto de instituições doadoras, esperando que os países beneficiários e o Secretariado Executivo venham a apoiar politicamente os esforços da FAO na mobilização de fundos para implementação do programa.

Terminou lembrando as efemérides comemoradas no próximo mês de Outubro, seja o Dia Mundial da Alimentação e o Telefood e a íntima relação existente entre a segurança da posse da terra e a segurança alimentar, frisando que da melhoria dos procedimentos da administração e gestão dos recursos naturais, será mais fácil lutar contra a fome e alcançar os objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

De seguida a Sra. Embaixadora da República Federativa do Brasil, em nome do Secretário Executivo da CPLP, usou da palavra para demonstrar a sua satisfação e regozijo pelo interesse e coesão dos países integrantes da CPLP na discussão de uma questão vital e importante para a melhoria e dignificação das condições de existência dos nossos povos. Aproveitou o ensejo para agradecer à FAO o empenho e a assistência endereçada aos vários países para a elaboração de estudos aprofundados de foro fundiário.

Posto isto, a Sra. Embaixadora focalizou a sua intervenção na experiência brasileira no âmbito da reforma agrária, tendo realçado que nos últimos quatro anos o Governo Federal assentou cerca de 381.419 famílias e destinou para a reforma

agrária uma área de 32 milhões de hectares. Enfatizou que a reforma agrária é uma agenda contemporânea e fundamental, especialmente para o Brasil, que assumiu o desafio de trilhar um novo caminho de desenvolvimento, ambientalmente sustentável, capaz de superar as desigualdades sociais e económicas.

Finalizou, augurando muita inspiração para que os debates e a troca de experiência contribuam para o estabelecer de sinergias em prol do desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos nossos habitantes.

A sessão de abertura prosseguiu com o discurso do Secretário de Estado da Economia de Cabo Verde, o qual felicitou a dinâmica crescente dos países que partilham a mesma língua, na criação do programa de capacitação no domínio das terras. Aproveitou para agradecer à FAO pelo apoio técnico financeiro que essa organização vem disponibilizando aos países no domínio da gestão da terra, agradecendo esses que foram estendidos ao Secretariado Executivo da CPLP por ter acarinhado e apoiado esta iniciativa.

Referiu que a segurança fundiária pela sua complexidade socio-económica, política e ambiental constitui um desafio de abrangência global, pois que o acesso á terra é um factor importante para a implementação de qualquer acção ou politica de luta contra a pobreza, segurança alimentar e crescimento económico. O Governo de Cabo Verde, ciente da relevância da segurança fundiária para o desenvolvimento do país adoptou um conjunto de medidas com vista a criar um ambiente favorável consentâneos com as opções estratégicas de crescimento económico, desenvolvimento turístico, modernização da agricultura, conservação ambiental e descentralização.

Apontou que a proposta de programa a ser validado no atelier foi um exercício participativo realizado em todos os países CPLP, com excepção de Portugal e Timor – Leste, facto que não exclui a participação destes últimos na implementação do programa. Aconselhou que se estabeleça um mecanismo de diálogo continuado entre a FAO, CPLP os diferentes países e os parceiros de desenvolvimento no sentido de garantir as condições de implementação do programa.

Terminou desejando plenos sucessos na condução dos trabalhos do atelier e que o mesmo possa constituir um marco importante na materialização do programa comum de capacitação no domínio das terras.

1.3. CONSTITUIÇÃO DA MESA

Após a sessão de abertura foi eleita a mesa de trabalho, a qual ficou assim constituída:

Moderador: Dr. Gilberto Silva e Dra. Adelaide Ribeiro
Relatora: Eng.^a Adelina Vicente

1.4. APROVAÇÃO DA AGENDA E METODOLOGIA DE TRABALHO

A agenda da reunião foi submetida à aprovação da plenária tendo merecido o acordo da mesma.

Os trabalhos do atelier decorreram em sessões plenárias com apresentações pertinentes ao (i) Projecto de formulação de um programa de capacitação Regional sobre o Regime de Propriedade e Gestão da Terra, (ii) Apresentações dos relatórios dos países, (iii) Apresentação da proposta de programa de capacitação no domínio da terra dos países membros da CPLP e (iv) Apresentação do projecto de desenvolvimento das capacidades sobre a integração da dimensão género na análise da gestão dos recursos hídricos e fundiários. A plenária incluiu ainda sessões de debate e esclarecimentos.

1.5. OBJECTIVOS DO ATELIER

Os objectivos que nortearam a organização do presente atelier foram:

1. Análise e validação da versão zero da proposta do programa de capacitação no domínio da Terra dos Países membros da CPLP
2. Socialização da proposta de programa
3. Definição da estratégia comum de mobilização de recursos técnicos e financeiros para implementação do programa
4. Estabelecimento de um sistema de diálogo permanente entre os países da CPLP, o secretariado executivo e a FAO.
5. Definição dos compromissos das partes

II. EXPOSIÇÕES

2.1. Apresentação do Historial e antecedentes políticos do TCP/INT/3001 – Formulação de um Programa de Capacitação Regional sobre o Regime de Propriedade e Gestão da Terra e aspectos legais associados - Dr. Paolo Groppo.

2.1.1. Apresentação do TCP/INT/3001 – Formulação de um Programa de Capacitação Regional sobre o Regime de Propriedade e Gestão da Terra e aspectos legais associados - Dra. Luísa Borges

As exposições sobre o projecto formulação de um programa de capacitação regional evidenciaram os avanços alcançados com a implementação da I fase do projecto tendo sido referido que todos os países apresentaram os seus relatórios com excepção de Portugal e Timor- Leste. As apresentações centraram-se nos objectivos geral e específicos do projecto, nos resultados esperados bem assim como nos antecedentes políticos e históricos do projecto.

Enfatizou-se o facto do projecto não pretender criar novas estruturas institucionais mas privilegiar as estruturas existentes em cada país, igualmente a actividade prioritária do projecto diz respeito à formação e capacitação. O objectivo global do

projecto prendeu-se com a elaboração de um programa comum de capacitação fundiária abrangendo as áreas as mais variadas dentro da temática fundiária. Os objectivos específicos incluíram; inventário das capacidades existentes e dos principais constrangimentos, proposta de projecto detalhado do programa de capacitação e mobilização de recursos técnico financeiros para implementação do programa.

Relativamente aos antecedentes políticos e históricos referiu-se o facto deste processo ter demorado sete anos para apresentar alguns resultados, atestando da complexidade e do quão sensível é a problemática fundiária, com históricas conotações aos níveis político, económico e ideológico. Salientou-se que ganhos substanciais foram alcançados utilizando uma metodologia participativa baseada no diálogo, concertação e no respeito das especificidades e da realidade histórica de cada país, bem como no respeito da diversidade cultural.

2.2. Apresentação dos Relatórios dos Países

Os relatórios nacionais foram apresentados, de forma sintética pelos representantes dos respectivos países compreendendo o inventário do quadro legal e institucional das questões fundiárias, identificação das áreas mais críticas que carecem de acções de formação e capacitação, apresentação dos grupos alvos preferenciais para beneficiar dessas acções e apresentação das oportunidades e potencialidades de formação existentes nos diferentes países bem como a caracterização das instituições de ensino no país com capacidade para levar a cabo actividades de formação.

2.1.1 Angola

A “Lei de Terras” foi aprovada em 2004 e aquando da elaboração do documento de programa de capacitação ainda não tinha sido regulamentada. O conhecimento das questões de for fundiário é ainda bastante fraco e os principais constrangimentos dizem respeito à desactualização do cadastro fundiário, fraco conhecimento do direito fundiário, deficiente articulação entre as instituições do Estado que tratam desta problemática, dualidade entre o direito costumeiro e direito positivo, entre outros.

As acções de formação deverão incidir, indicativamente, no fortalecimento das instituições do Estado implicados directamente ou indirectamente nesta problemática, abranger as comunidades locais, e as ONGs, enfatizar a vertente formação de formadores. Os temas a abordar são cadastro, formação SIG e utilização GPS; jurídicas, direito fundiário, normas consuetudinárias/direito formal (juristas); gestão de recursos naturais metodologias de demarcação de terrenos periurbanos e resolução de conflitos, questões de género, etc.

2.1.2 Brasil

A questão da Terra no Brasil é tradicionalmente uma questão sensível que paulatinamente vai sendo vencida com o reforço da democracia. Destacam-se dois marcos importantes, as mudanças significativas desencadeadas na década de 90 com a emergência de movimentos sociais, nomeadamente o Movimento

dos Sem Terra, a criação do Pronaf e a criação do Projecto Lumiar. O segundo marco diz respeito à implantação do II Plano Nacional de Reforma Agrária ocorrida em 2003, tendo implicado um novo papel do Estado face ao desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com vista a atender as necessidades da agricultura familiar, em consentâneo com as estratégias de desenvolvimento do país.

No documento do país foram referenciadas 13 Instituições com capacidade para acolher formações neste âmbito, destas a FAO seleccionou 11 donde se destaca, Centro de Monitoramento por Satélite da Embrapa, Grupo de Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Pesquisas de Santa Catarina, UNICAMP, Universidade Estadual de S. Paulo, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade federal do Pará, Universidade de Brasília, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

2.1.3 Cabo Verde

A problemática fundiária em Cabo-Verde reveste-se de grande complexidade, decorrente da fragilidade do ecossistema, da vulnerabilidade do país e de como se dá o acesso à terra. Logo após a independência, em 1975, foram tomadas medidas de carácter legislativo que serviram de suporte à Lei de Bases da Reforma Agrária. Concebida com o intuito de aumentar a justiça no campo essa lei foi mal compreendida, tendo sido revogada em 1993, facto que originou um vazio legislativo nesta matéria.

Os constrangimentos de que padece o sistema fundiário em Cabo Verde dizem respeito à desactualização da legislação, dualidade do sistema de registo de terras, coexistindo dois registos, matricial e predial, e desactualização do trabalho rural, sobreposição de competências entre instituições que lidam com esta temática, etc.

As necessidades de formação identificadas são nomeadamente, cadastro, topografia, legislação fundiária, boas práticas e procedimentos administrativos, tributação fundiária, informática aplicada à administração fundiária, avaliação de prédios, gestão de terras e gestão de conflitos. As acções deverão ser orientados para os técnicos da administração central, quadros das empresas, profissionais liberais, ONGs, etc. Cabo Verde possui algumas instituições com vocação para formações são eles. Instituto Superior de Educação, Universidade Jean Piaget, Centro de Formação Agrária do INIDA, Instituto Superior Isidoro da Graça e Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais, Instituto Nacional de Administração e Gestão.

2.1.4 Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau possui larga experiência no domínio do fundiário, em 1998 foi aprovada a Lei da Terra, instrumento regulador da problemática fundiária cujos objectivos pretendiam estimular o investimento na terra, permitir e garantir a segurança fundiária e posse da terra pelas comunidades locais, incorporar as entidades costumeiras no processo, etc. Porém, o processo de reforma legislativa

não foi concluído e a regulamentação da lei que deveria ser feita 180 dias após a aprovação, não o foi, impedindo a efectiva implementação da lei. Os desafios para essa implementação prendem – se com a regulamentação, socialização e divulgação da lei a nível nacional, fazer a sua experimentação, identificação dos pontos de estrangulamentos à efectiva implementação, montagem do figurino institucional para a implementação da lei.

As acções de formação deverão incidir na tributação fundiária, reforço da articulação institucional, técnicas de delimitação das terras, registo, técnicas de comunicação e negociação para as comunidades.

2.1.5 Moçambique

Em Moçambique o sector das terras sempre foi da responsabilidade do Ministério da Agricultura. Recentemente o MINAC foi reestruturado, tendo-se assistido à fusão da área das terras e das florestas e fauna bravia numa única direcção, conferindo desta forma uma dimensão holística á administração dos recursos naturais sob a superintendência do MINAG.

A Constituição Moçambicana determina que a terra é propriedade do Estado, e assim foi mantido desde 1975 e nas revisões constitucionais de 1990 e 2004. Contudo esse princípio, na realidade, significa que a terra pertence ao povo e que os direitos sobre a terra que o Estado reconhece aos cidadãos são direitos privados que se autonomizam do direito de propriedade do Estado.

A lei de terras de 1997 apresenta como pilares o direito ao uso e aproveitamento da terra verdadeiramente privado, com base nos princípios de autonomia e liberdade, igualdade, universalidade e de justiça e equidade.

As necessidades de formação compreendem: Cartografia, topografia e cadastro de terras, gestão e ordenamento territorial etc. As instituições do país com capacidade para administrar acções formativas neste domínio são: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Instituto Médio de Planeamento Físico e Gestão Ambiental, Instituto de Formação em Administração de Terras e Cartografia e a Organização Rural para Ajuda Mútua.

2.1.6 São Tomé e Príncipe

Após a independência o país herdou um sistema fundiário baseado nas grandes roças, que foram transformadas depois de 1975 em 15 grandes empresas, no contexto da nacionalização das terras. As reformas agrárias no período pós independência incluíram ainda as concessões de terras, pretendendo-se envolver os cidadãos no processo produtivo foram distribuídos cerca de 10 000 ha de terras, e os contratos de gestão ou de arrendamento de algumas grandes empresas em finais dos anos 80.

Os principais constrangimentos identificados em todo este processo dizem respeito à ausência de um quadro legal de direito fundiário, falta de actualização do cadastro nacional e registos das terras agrícolas, inexistência de um gabinete especializado para os assuntos fundiários na Região Autónoma do Príncipe, os

beneficiários da distribuição de terras não possuem os meios financeiros para investir na terra.

As necessidades de formação contemplam as seguintes áreas temáticas: cadastro, legislação fundiária, gestão fundiária, impostos, definição de políticas de desenvolvimento rural integrado, abordagem género etc.

2.1.7 Timor-Leste

Timor – Leste não apresentou um relatório, mas o Representante daquele país no fórum teceu alguns comentários sobre o contexto fundiário em Timor, afirmando que as Entidades responsáveis pela questão são os Ministérios da Justiça, da Economia e do Desenvolvimento Rural e Agricultura.

Frisou que atendendo a que Timor ascendeu à independência muito recentemente, o país ainda não teve tempo de organizar o processo de uso das terras. Neste sentido, alguns esforços já foram feitos com o apoio da Austrália, para a elaboração de um estudo de base sobre o direito fundiário e distribuição de terras que servirá de suporte à elaboração duma futura lei da terra. Os maiores problemas prendem-se com a organização de todo o sistema de gestão da terra, inexistência duma política e legislação fundiárias.

2.3. Apresentação da Proposta do Programa de Capacitação no domínio da Terra dos Países Membros da CPLP – Dr.Paolo Groppo

A exposição pertinente à proposta do programa de capacitação no domínio da Terra dos países membros da CPLP incidiu primeiramente nas dificuldades de apresentar um programa consolidado, que de alguma forma endereçasse as fraquezas e as expectativas no domínio do sistema fundiário para países com realidades tão díspares. O desafio deste programa foi perante um leque variado de problemas, de necessidades de capacitação distintos e múltiplos apresentar uma proposta que pudesse constituir o catalizador e promotor do diálogo com os doadores. A versão zero do documento ora apresentado foi baseado nos documentos nacionais procurando-se os pontos comuns entre os estados membros.

A apresentação do documento incidiu ainda sobre os objectivos do programa, a sua estratégia de implementação, seu orçamento indicativo, os grupos alvos e os módulos iniciais do programa. A estratégia de implementação do programa apoia-se em vários eixos norteadores quais sejam: formação por módulos, que podem ser ajustados em função das necessidades, o programa é ainda incremental, começando de forma modesta, podendo ser progressivamente ampliado. O programa valoriza, a formação de formadores, a concertação institucional utilizando as instituições já existentes nos países, privilegia a cooperação Sul-Sul, a sinergia com outros projectos de desenvolvimento, a descentralização, e pretende-se recorrer a novas tecnologias de comunicação nomeadamente formações on-line.

Da análise dos relatórios nacionais foram estabelecidos os pontos de convergência e propostos seis módulos iniciais abrangendo áreas de geoprocessamento, registo predial, delimitação e certificação de terras comunitárias, paralegais, questões de

género, raça e etnia e metodologias participativas e agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento territorial. Os grupos alvos das formações são: técnicos e agentes da administração estatal, ONGs e associações comunitárias. Pela natureza piloto da actual proposta sugere-se que o programa capacitação contemple uma distribuição equitativa por género.

2.3 Apresentação do Projecto GCP/INT/052/SPA – Desenvolvimento das Capacidades sobre a Integração da Dimensão Género na Análise da Gestão dos Recursos Hídricos e Fundiários

O projecto sobre a integração da dimensão género na análise da gestão dos recursos hídricos e fundiários foi apresentado como um projecto regional, financiado pelo Governo de Espanha, no âmbito da cooperação entre este país e a FAO. O projecto que abrange Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor –Leste visa essencialmente o tratamento da dimensão género na gestão da terra e da água.

O projecto é consentâneo com os objectivos I e III dos objectivos de desenvolvimento do Milénio. Como impacto do projecto espera-se melhorar a segurança alimentar no domínio da terra e na gestão dos recursos hídricos e fundiários através da integração da dimensão do género na legislação, nas políticas e nos programas de administração e gestão da terra e da água

III. SESSÃO DE ESCLARECIMENTOS SUBSÍDIOS E DELIBERAÇÕES

As exposições motivaram na sessão de esclarecimentos as seguintes intervenções por parte dos participantes:

- Esclarecimentos quanto ao papel de Portugal no contexto do programa.
- Avaliação da abordagem género no âmbito do programa de capacitação no domínio da terra. Atendendo ao carácter transversal desta problemática, questionou-se o seu tratamento ao nível de um módulo, quando na realidade a abordagem género deveria ser integrada em todos os módulos.
- Recomendação no sentido de no âmbito do programa ser elaborado um glossário dos termos relacionados com a questão fundiária para garantir que todos os intervenientes no processo tenham as mesmas referências e a harmonização dos instrumentos.
- Constatou-se que os cursos apresentados restringem-se a cursos básicos e questionou-se se no âmbito do programa não se perspectiva levar a cabo cursos mais aprofundados sobre a matéria que poderiam ser implementados posteriormente.
- Relativamente ao módulo sobre resolução de conflitos sugeriu-se que o grupo alvo, beneficiário da formação deveriam ser os grupos de mediação, em vez dos paralegais indicado no documento do programa. Para alguns países a primeira mediação de conflitos é desenvolvida ao nível das comissões fundiárias de secção que desenvolvem as suas actividades nas comunidades locais e atendendo a práticas tradicionais. Esta situação é realidade em países como a Guiné-Bissau, com o sistema dos chefados e tabankas e em Angola com o regime dos sobas.

-Esclarecimentos sobre o “timing” e a forma de apresentação do programa de capacitação aos parceiros com o propósito de mobilização de parcerias e recursos para a concretização dos objectivos preconizados no mesmo.

-De acordo com a experiência brasileira e numa óptica de optimização dos recursos foi sugerido que ao invés dos participantes se deslocarem ao país da formação, um formador poderia deslocar-se aos vários países para sessões de formação “in loco”.

-Apontou-se a existência de outras iniciativas, como por exemplo no âmbito da luta contra a desertificação, que é levada a cabo sob a égide da FAO/CPLP. Essa iniciativa e o presente programa decorrem em paralelo, pelo que sugeriu-se a promoção de sinergias e complementaridade entre as mesmas no sentido de capitalizar os esforços junto de potenciais financiadores.

- No projecto Desenvolvimento das capacidades sobre integração de género na análise da gestão dos recursos hídricos e fundiários a Guiné Bissau não foi contemplada, tendo em conta as perspectivas de implementação da lei da terra seria pertinente que a dimensão género fosse integrada desde o início nessa implementação, pelo que a Guiné – Bissau estaria interessada em beneficiar de um tal projecto.

- Foi sugerida que se leve em conta as questões sobre os direitos humanos tratada na perspectiva das questões fundiárias.

- Concernente à estratégia de implementação do projecto foi recomendado que se dê atenção aos diferentes níveis sociais existentes integrando no processo tanto as autoridades locais formais como as tradicionais, sendo importante que o projecto tenha em conta a base histórico/cultural. Igualmente uma atenção deve ser dada relativamente à fraca articulação coordenação institucional que poderão afectar de forma negativa nos resultados e impacto do projecto.

- Recomendou-se que fossem encetados reflexões no sentido de se criar uma rede especializada sobre uma área de estudos básicos abordando a realidade fundiária, regras costumeiras na gestão dos recursos fundiários (à semelhança da experiência dos países da América Latina)

As preocupações e pedidos de esclarecimentos formuladas pelos participantes suscitaram as devidas respostas e originaram debates entre os participantes visando o necessário consenso relativamente às proposições apresentadas.

- No que concerne ao papel de Portugal no contexto do programa, e tendo em conta que o país não é elegível para beneficiar da modalidade de projecto TCP, Portugal poderia protagonizar o papel de facilitador junto da União Europeia, sensibilizando os diversos países integrantes da comunidade da importância do programa de capacitação para os estados membros da CPLP.
- Sobre a integração do aspecto género em todos os módulos foi dito que não é imperioso que todos os cursos tenham essa abordagem, sobretudo os cursos com forte componente técnica. Em muitos cursos, mesmo os de carácter técnico, poder-se-á apresentar de forma mais evidente a questão de género tendo contudo

as limitações neste âmbito da legislação de base que serviu de suporte á formulação do curso.

- Relativamente à elaboração do glossário de termos agrários, a ideia recebeu o acordo da plenária, uma vez que o programa de capacitação pretende ser um exercício interactivo, essa actividade poderia ser integrado como parte do curso.
- A razão dos cursos apresentados serem básicos prende-se com o facto dos mesmos constituírem uma primeira aproximação junto dos doadores, sendo propostas de lançamento do programa e que servirão para testar a receptividade do mesmo junto dos potenciais financiadores.
- No que se refere ao módulo sobre resolução de conflitos foi consensual que o problema das especificidades no que tange a práticas tradicionais e os grupos alvos beneficiários da formação poderá ser ultrapassada na medida em que se orientar os cursos para a vertente formação de formadores. Para as actividades de replicação das formações subsequentes os respectivos países, decidiriam sobre os grupos alvos que melhor lhes convêm de acordo com as especificidades locais.
- A realização do presente atelier apesar de significar o culminar de um processo, representa igualmente um marco importante e o início de uma nova fase, em que é solicitado aos países membros uma intervenção mais proeminente, nomeadamente no que diz respeito ao despoletar do tema junto dos doadores e nos esforços de mobilização de recursos mormente os financeiros para implementação do programa. O grau de comprometimento com o programa é uma questão que deverá ser equacionada ao nível de cada um dos países.
- Os locais de realização dos cursos ficam por ora em aberto, pretende-se que haja uma certa rotatividade em termos dos países anfitriões, contudo a escolha deverá necessariamente atender à natureza do curso e às capacidades técnicas, logísticas dos respectivos países. Alguns dos cursos, tal como o curso de geo - processamento, requerem capacidades técnicas, de instalações e equipamentos, inexistentes em alguns dos países CPLP. Outrossim, o programa preconiza e valoriza o intercâmbio de experiências entre os diversos participantes, assim, a proposta de ter um formador ministrando cursos in - loco comprometeria um dos princípios e objectivos do programa de capacitação, pelo que não obteve o acordo da plenária.
- Em termos de manifestação de vontades, todos os representantes dos diferentes países presentes no fórum, foram unânimes em considerar o programa de capacitação no domínio da terra importante e pertinente para os seus respectivos países, expressando o engajamento dos mesmos na procura e mobilização de recursos junto de potenciais financiadores do programa. Alguns países, nomeadamente Angola, Guiné – Bissau e S.Tomé e Príncipe, recomendaram a revisão do texto do documento do programa pertinente aos seus países, e solicitaram a inclusão das propostas de alterações apresentadas no documento final. Para o caso de Timor-leste, o qual não elaborou um documento do país, as contribuições serão posteriormente reencaminhados ao consultor para incorporação no documento.

ANEXO I



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E
AGRICULTURA



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO
E AGRICULTURA

Lista de Presença do
“Atelier de Validação do Programa de Capacitação no Domínio da Terra dos Países
Membros da CPLP”
Praia - Cabo Verde - 20 e 21 de Setembro de 2007

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO / PAIS	CONTACTO (Tel. / Móvel / e-mail)
1.	Gilberto Silva	DGASP / MAA Cabo Verde	Gilb.silva@gmail.com +(238) 9911233 / 2647506
2.	Charles Yvan Rocha	DGP / MFAP Cabo Verde	cyrocha@gmail.com +(238) 9936221 / 2607523
3.	Ilaria Sisto	FAO Roma	Ilaria.sisto@fao.org +390657053312
4.	Paolo Groppo	FAO Roma	Paolo.groppo@fao.org +39065705474
5.	Braima Biai	Cadastro Guiné Bissau	biaib@yahoo.fr +(245) 6609152 / 206881
6.	Mário Martins	MADR Guiné Bissau	mariolopesmartins@hotmail.com +(245) 6716868 / 6304495
7.	Vanda Narciso	Portugal	vandanarciso@mail.telepac.pt +(351) 917913543 / 266744129
8.	Octávio da Costa Monteiro de Almeida	MAP Timor Leste	almeidaoctavio@yahoo.com
9.	Onofre Marques Fernandes	M. Economia São Tomé e Príncipe	onofernandes@yahoo.com.br +(239) 903355 / 222124
10.	José Januário	IGCA Angola	Puscudu2005@yahoo.es
11.	Emiterio Ramos	DGASP Cabo Verde	dgaspcv@yahoo.com +(238) 2647544
12.	Henrique Paiva Alves Primo	MINAOGRA Angola	hpaprmo@yahoo.com.br +(244) 924777552
13.	Argentino Pires dos Santos	M. Economia São Tomé e Príncipe	adosantos@hotmail.com +(239) 903198 / 221292
14.	Iara Abreu Fernandes	MAA Cabo Verde	lara.fernandes@gov.cv +(238) 2603841 / 2615716
15.	Isildo Gomes	INIDA Cabo Verde	igomes@inida.gov.cv +(238) 2711127

16.	José Ruy Barbosa Araújo	DGASP / DGPE Cabo Verde	Joruba21@mail.ru +(238) 9914586
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	CONTACTO (Tel. /Móvel/ e-mail)
17.	Maria Ivone Lopes	DGA / MAA Cabo Verde	sepa@cvtelecom.cv +(238) 2618984
18.	Arminda Barros	Plataforma das ONG's Cabo Verde	armindabarros@hotmail.com +(238) 2617843
19.	Margarida Mascarenhas	Câmara de Comercio Cabo Verde	margaridam@cciss.cv +(238) 2615352 / 2603794
20.	Adriano Furtado	INIDA Cabo Verde	adrianofurtado@hotmail.com +(238) 2711127 / 9933054
21.	Cremilda Carvalho	DGPE / MFAP Cabo Verde	Cremilda.carvalho@gov1.gov.cv +(238) 2607470
22.	André Pires	MECC Cabo Verde	+(238) 2605336
23.	Edna Moreira	CV Investimento Cabo Verde	+(238) 2604112
24.	Adelaide Ribeiro	DGPOG / MAA Cabo Verde	Adelaider@maa.gov.cv +(238) 2616902
25.	Victor Barreto	DGA / MAA Cabo Verde	+(238) 2618984
26.	Celestina Lopes	DGA / MAA Cabo Verde	+(238) 2618984
27.	António Ramos	DGCI / MNEC Cabo Verde	+(238) 2607832
28.	João Fonseca	DGASP / MAA Cabo Verde	ideusfonseca@gamil.com +(238) 2645739
29.	Luciano Fonseca	FAO Cabo Verde	lucianofonseca@cvtelecom.cv +(238) 2613451 9994304
30.	Geraldo Almeida	Advogado Cabo Verde	geraldodacruz@gmail.com +(238) 9972182
31.	Amélia Mingas	Inst.Int.Ling.Portuguesa Cabo Verde	mongone@hotmail.com +(238) 2617008
32.	António Machado	Embaixada/Cooperação Portuguesa	Coop.portugal@cvtelecom.cv +(238) 9979212
33.	Paula Rougemont	Embaixada do Brasil	Paula@63.com.br +(238) 2615607 2615608
34.	Maria Dulce Barros	Embaixadora do Brasil em Cabo Verde	+(238) 2615607 2615608
35.	Pedro Manuel Delgado	DGOT / MIT Cabo Verde	Pedro.delgado@mih.gov.cv +(238) 2619969
36.	Arlindo Bragança	Representante da FAO em Cabo Verde	Fao-cv@fao.org +(238) 2615715
37.	Luisa Borges	GMAA Coord. Nac. Proj. Cabo Verde	Luisab@maa.gov.cv +(238) 2615716
38.	Jorge Borges	S E Economia Cabo Verde	

39.	Rita Vaz da Silva	Consultora Comunicação MAA / FAO / CPLP	Rita.vazdasilva@gmail.com +(238) 9998128
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	CONTACTO (Tel. /Móvel/ e-mail)
40.	Graça Guimarães	Embaixadora de Portugal em Cabo verde	+(238) 2623037
41.	Vera Lúcia Figueiredo	DGA / MAA Cabo Verde	figueiredo@gmail.com +(238) 2618984 / 9927307
42.	Adelina Vicente	SEA Cabo Verde	Adelinav@maa.gov.cv +(238) 2615716
43.	Manuel Brito	ETER / DGASP Cabo Verde	+(238) 9914190
44.	Ana Paula Bettencourt	DGASP / MAA Organização Atelier Cabo Verde	Ana.bettencourt@maap.gov.cv Anacourt2@hotmail.com +(238) 9931036 / 2647547
45.	Silvie Dudeau	Proj. AMS Cooperação Austríaca	9tmsantiago@cvtelecom.cv +(238) 9942667
46.	Lavínia Bechardas	DINATEF / MA Moçambique	cavbee@hotmail.com +(258) 822152100
47.	Ana Guilhermina Vumi	MINUA Angola	
48.	Minézio Silva	DGOT / MIT Cabo Verde	+(238) 9945621
49.	Vaz de Borja	Cônsul da Embaixada de Angola em Cabo Verde	+(238) 9934346
50.	João Bessa	MINUA Angola	telmobessa@yahoo.com.br